

# Banco Mundial começa a mudar

**Rosental Calmon Alves**  
Correspondente

**Buenos Aires** — Apesar da gravidade da crise da dívida externa, a América Latina vive uma situação mais tranqüila do que há três anos atrás, quando o FMI realizava, no Canadá, sua reunião anual, em meio ao virtual pânico da comunidade financeira internacional, surpreendida com a generalizada insolvência dos países devedores. Hoje, a crise está mais profunda e, no entanto, funcionários latino-americanos aguardam que, em Seul, o FMI e o Banco Mundial (BIRD) enviem sinais concretos de lentas mudanças no tratamento da questão da dívida externa.

No "setembro negro" de Montreal, o México via-se obrigado a anunciar sua moratória e os analistas previam situações críticas em praticamente todos os países da América Latina, atolados em seus débitos. De fato, a crise se espalhou pelo Continente, que nesses três anos foi obrigado a aplicar as receitas recessivas ditadas pelo Fundo Monetário. O México, certamente o país que mais atendeu às recomendações do FMI, está hoje em Seul para mostrar que a fórmula não deu resultado e sua situação voltou a se agravar seriamente, antes mesmo do recente terremoto.

A Argentina é o exemplo oposto. Durante aquele "setembro negro", estava mergulhada no caos econômico agravado pela derrota na Guerra do Atlântico Sul. Mas depois de um ano e meio de desafios ao FMI e a conchamar em vão a América Latina para seguir seus passos, o Governo Alfonsín sentiu-se na obrigação de adotar medidas mais duras do que as propostas pelo Fundo, ao verificar que a inflação ultrapassava, em maio, os 1.100% ao ano. A Argentina trocou de papel com o México: o mau discípulo do FMI passou a ser o bom e vice-versa.

Quem fala hoje em romper com o Fundo e declarar uma moratória unilateral é o México, onde neste fim de semana parlamentares tentam articular uma manifestação de apoio a essas medidas extremas, que dificilmente serão seguidas pelo Presidente Miguel de La Madrid. O México, assim como os demais países latino-americanos, alimenta fortes esperanças de que a questão da dívida terá um quadro diferente e mais favorável aos devedores a partir da reunião de Seul, embora não esperem uma decisão espetacular, de efeito imediato.

Os mexicanos já tinham tomado a iniciativa de promover, a meados deste ano, uma reunião "informal e secreta" em Oaxtepec, com representantes de vários países latino-americanos, entre eles, o Brasil, a fim de articular uma ofensiva destinada a pressionar no sentido de obter "um tratamento político" para a questão da dívida. O curioso é que a

Argentina não participou dessa reunião, pois já estava mais preocupada com as medidas duras e saneadoras do seu "plano austral" do que em continuar conclamando o Hemisfério a se unir para enfrentar os credores.

O "Wall Street Journal" detetou a realização dessa reunião que deve ter causado alguma preocupação entre os banqueiros, que nunca viram com bons olhos ações conjuntas por parte dos devedores. Mas, logo iriam aparecendo sinais de que os critérios estavam mudando e, com isso, alimentavam-se as esperanças no sentido de que se encaminhava, inexoravelmente, para o "tratamento político" da dívida externa.

Esses sinais surgiram com maior participação do Banco Mundial no cenário, até então dominado pela frieza dos técnicos do FMI. Ainda a meados deste ano, o Banco Mundial interveio a favor do Chile, dando-lhe o aval necessário para a obtenção de um crédito de 1 bilhão 85 milhões de dólares junto aos bancos privados. Na semana passada, o Banco Mundial surgiu novamente no cenário, desta vez encontrando uma solução para estabilizar a situação creditícia do Uruguai. Novamente, o Banco Mundial é co-participante dos financiamentos proporcionados pelos bancos comerciais.

O surgimento neste cenário do jovem e audacioso Presidente peruano, Alan Garcia, teve uma enorme repercussão, apesar de não se tratar de um dos três maiores devedores do Continente. Ao assumir o Governo, Garcia tomou atitudes que, segundo funcionários de vários países presentes à posse, mudariam o quadro da dívida externa. Para começar, ele limitou unilateralmente a 10% das exportações do seu país o pagamento dos juros da dívida externa. Vale lembrar que o Brasil tem pago mais de 40% e o México quase 60% de suas exportações a título de juros.

O Presidente José Sarney seguiu o mesmo caminho e levou as Nações Unidas a uma radicalização da posição brasileira, mas Alan Garcia também foi à ONU e continuou na dianteira das pressões, ameaçando romper com o Fundo Monetário Internacional. Em seguida o Secretário de Estado, George Shultz, admitiu a possibilidade de uma mudança no tratamento da dívida externa, o que já vinha sendo pedido, inclusive, pelos principais países europeus, conscientes de que os pobres devedores estarão sempre num beco sem saída, se continuarem submetidos às atuais pressões.

Os Governos da América Latina têm esperanças, de que, de Seul, cheguem sinais de que agora há luz no fim do túnel. Uma tênue luz, é verdade, mas indicativa de que, pensando-se em longo prazo, as condições agora são realistas e permitem supor uma solução viável.